



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

071

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0200810-0
COMARCA : Goiana -- 2ª Vara
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº : 218.2007.000486-6
APELANTE : Ricardo José da Silva Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. LEGÍTIMA DEFESA. DECISÃO CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

I – Impossível a reforma da decisão, com a absolvição do acusado, sob ao argumento de ter agido em legítima defesa, quando não há nos autos qualquer prova capaz de amparar tal pretensão.

II – Apelo improvido. Decisão unânime.

8534

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0200810-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.


Presidente


Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

072

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0200810-0

COMARCA : Goiana – 2ª Vara
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº : 218.2007.000486-6
APELANTE : Ricardo José da Silva Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Ricardo José da Silva Filho foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 129, § 9º¹, do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 11.340/2006, acusado de agredir fisicamente sua ex-companheira **Joelma Santa Pereira de Melo**, fato ocorrido no dia 1º de abril de 2007, por volta das 21:00 horas, em via pública, no centro da cidade de Goiana, neste Estado.

Encerrada a instrução criminal, o acusado foi condenado pelo crime tipificado no art. 129, § 9º do CP, fixando a juíza sentenciante a pena-base de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de detenção, a qual tornou-se definitiva, em razão da inexistência de circunstâncias e causas de aumento ou diminuição, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, devido aos seus péssimos precedentes, nos termos da sentença de fls. 122/124.

Inconformado, o réu interpôs tempestivo recurso apelatório (fl. 127), oferecendo razões recursais às fls. 134/135, ao argumento de que a decisão foi contrária à prova dos autos, vez que o acusado agiu em legítima defesa, pugnando, ao final, por sua absolvição.

O Ministério Público de 1ª instância ofereceu contrarrazões de apelação (fls. 137/138), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo desprovemento do recurso, com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

¹ Art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano. (...)

§ 9º - Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

073

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer (fls. 154/156), opinando pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

À pauta, em face do que dispõe o art. 610², do CPP.

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

² Art. 610 - Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de habeas corpus, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

020

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0200810-0

COMARCA : Goiana – 2ª Vara
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº : 218.2007.000486-6
APELANTE : Ricardo José da Silva Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de tempestivo recurso apelatório onde o acusado, inconformado com a decisão que o condenou à pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de detenção, por infração ao art. 129, § 9º, CP, pugna pela reforma do julgado para que seja absolvido, ao argumento de que a decisão foi contrária à prova dos autos, vez que agiu em legítima defesa.

A materialidade do crime encontra-se demonstrada na perícia de lesão corporal de fl. 14 dos autos.

A autoria do delito, por sua vez, restou evidenciada nos autos pelo depoimento do Apelante perante a autoridade judiciária (fl. 66), o qual confessou a autoria do crime, em conjunto com os demais depoimentos colhidos no decorrer do inquérito policial e na instrução criminal.

Perante a autoridade judiciária, a vítima Joelma Santana Pereira de Melo, afirmou (fls. 69/70):

*"(...) que ratifica o seu depoimento prestado perante a autoridade policial; **que a depoente era constantemente espancada pelo acusado**; que no dia do fato narrado na denúncia a mãe do acusado, pediu para que a depoente levasse o filho do casal até a residência daquela, com a intenção de ver o seu neto; que a depoente indagou se o acusado estaria lá, recebendo resposta negativa; que ao chegar na residência de Edilce, lá encontrou o acusado e um amigo deste, que a depoente não sabe o nome; que lá chegando foi logo segurada pelo braço pelo acusado; que o acusado sacou uma peixeira e tentou atingir o filho do casal; que o golpe atingiu o braço da depoente após fazer um movimento brusco para evitar que seu filho fosse ferido; que em seguida o acusado golpeou a depoente na barriga com*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

675

*uma faca peixeira; que na época o filho do casal tinha 03 (três) meses de idade; que a depoente caiu na cama com o filho ainda nos braços; que lá ficou agonizando tendo a avó do acusado por ela passado 03 (três) vezes sem lhe prestar socorro; que uma prima do acusado, mediante os apelos da depoente, pegou o filho do casal e levou para a avó materna, ocasião em que esta foi até o local e prestou socorro a depoente; que outras vezes o acusado havia agredido a depoente fisicamente; que nunca havia prestado queixa por que o acusado ameaçava de morte os seus irmãos; **que a notícia crime que deu origem ao processo ocorreu 15 (quinze) dias antes dos fatos acima narrados; que foi por ter prestado queixa contra o acusado que o mesmo a esfaqueou; que no dia dos fatos narrados na inicial o acusado abordou a depoente na "rua" e por a mesma se negar a manter relação sexual com aquele Ricardo a agrediu fisicamente com socos, ponta pés, paus, "tudo"** que a depoente foi prestar queixa e ao reclamar na DEPOL foi novamente agredida pelo acusado e que só parou de bater na depoente após a chegada da genitora da mesma; que outro dia o acusado bateu na depoente, numa amiga da mesma e no filho desta de 01 (um) ano de idade; que após esfaquear a depoente o acusado fugiu e passou 09 (nove) meses fora; que ao retornar, mais uma esfaqueou a depoente; (...)"*

Ao ser inquirido perante a autoridade judicial, o Apelante confessou a autoria do delito, ao afirmar (fls. 66):

*(...) **que o depoente agrediu a vítima com uma faca, posto que esta estava agredindo o filho do casal e ainda estava com uma arma de fogo na mala para matar o depoente; que não viu a arma de fogo; que sabe desses fatos através de terceiros; que o depoente introduziu a faca na barriga da vítima; (...)"***

Rosineide Bernardo Lemos, em seu depoimento em juízo, afirmou (fl. 102): "(...) **que o acusado costumava agredir fisicamente a vítima; que o acusado esfaqueou a vítima duas vezes em datas distintas; que a primeira vez a vítima foi levada para o Hospital da Restauração e a segunda ao Getúlio Vargas, ambos na cidade do Recife; que o acusado bateu na vítima quando esta estava grávida; que o acusado já ameaçou de morte a depoente e seu irmão; (...)"**

Vê-se, pois, que a pretensão do Apelante de se ver absolvido da acusação da prática de lesão corporal não merece prosperar, uma vez que não há nos autos qualquer prova de ter ele agido em legítima defesa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

076

Atente-se que o próprio Apelante, em juízo, afirmou que agrediu a vítima com uma faca e que não a viu portando qualquer arma, de modo a fazê-lo agir para se livrar de injusta agressão atual ou iminente.

Com efeito, para que esteja o acusado amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa, faz-se necessária a existência de injusta agressão atual ou iminente, e ainda que os meios utilizados sejam moderados, do que o réu não se desincumbiu em provar.

Ademais, as testemunhas de acusação arroladas dão conta de que a vítima costumeiramente sofria agressões do Apelante, pesando contra ele, inclusive, outras condenações de tentativa de homicídio contra a vítima destes autos e pela prática de outros delitos, o que demonstra a afeição do Apelante à prática delitiva, conforme atesta a folha de antecedentes criminais acostada aos autos às fls. 107/108.

Por fim, é de se registrar que as testemunhas de defesa arroladas não trouxeram qualquer elemento capaz de corroborar a tese de legítima defesa levantada, limitando-se em tecer considerações acerca da conduta social do acusado, que não presenciaram o crime em questão e que tomaram conhecimento de que houve reconciliação entre acusado e vítima, fato este que, em nada, interfere na condenação do Apelante.

Desse modo, não se pode aceitar a tese de legítima defesa, vez que as provas dos autos demonstram, à toda evidência, que o Apelante agiu de forma livre e consciente com o fim de ferir a integridade física da vítima.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao apelo, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora